

Sergio Fajardo

Professor Associado do Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Centro-Oeste, Unicentro, Campus de Guarapuava-PR, Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Unicentro  
sergiofajardo@hotmail.com

---

# A ação das cooperativas agropecuárias na modernização da agricultura no estado do Paraná, Brasil

## Resumo

O presente trabalho aborda a participação das cooperativas agropecuárias no processo de modernização da agricultura no estado do Paraná, sobretudo, no período que vai do final da década de 1960 até o início dos anos 1980. Com apoio do Estado, essas “entidades-empresas” atuaram fortemente na inserção de novas tecnologias, impostas por um mercado, globalmente orquestrado, em que a lógica industrial passou a predominar no campo.

**Palavras-chave:** modernização da agricultura, cooperativas agropecuárias, estado do Paraná.

## Abstract

THE RURAL COOPERATIVES AND MODERNIZATION OF AGRICULTURE IN THE PARANÁ STATE, BRAZIL

This paper discusses the participation of agricultural cooperatives in the modernization of agriculture in Paraná State (Brazil), especially in the period from the late 1960s until the early 1980s. With state support, these “entities-companies” acted strongly in the insertion of new technologies, imposed by a market globally orchestrated in the industrial logic came to dominate the field.

**Key-words:** modernization of agriculture, agricultural cooperatives, State of Paraná.

## **1. Introdução**

No estado do Paraná as cooperativas agropecuárias tiveram um papel fundamental no processo de modernização da agricultura, levando os produtores associados às mesmas a aderirem rapidamente às inovações tecnológicas, especialmente ao pacote tecnológico da soja, atuando como centros propagadores da mesma modernização.

O processo de modernização ocorre principalmente a partir da década de 1970. Nota-se que esse era o contexto econômico no regime militar que, conforme Becker (1996), assumiu o processo de modernização diretamente. Nessa direção, a mesma lógica do Estado para intervenção na economia se aplicara à intervenção na agricultura (GUIMARÃES, 1989).

Para tal finalidade, foram estimuladas pelo poder público, que concedeu “[...] crédito a longo prazo para a instalação de infraestrutura (silos, escritórios, armazéns, etc.) e do tratamento preferencial na consecução de políticas agrícolas” (HESPANHOL; COSTA, 1995, p. 374). As cooperativas atuaram como agentes da modernização e da diversificação no campo. Mas, ao mesmo tempo em que algumas se “agigantaram”, perderam a sua essência cooperativista, atuando com as mesmas estratégias empresariais vigentes. Para essas, o sentido de entidade continuou existindo apenas como discursivo.

Ademais, o território apropriado por grandes grupos econômicos torna-se objeto da ação empresarial, um território econômico. Sendo o espaço rural parte desse território e incorporado por corporações que atuam na produção agropecuária direta ou indiretamente, o rural também materializa essa territorialidade corporativa (FAJARDO, 2005a).

## **2. Algumas considerações sobre a presença das cooperativas agropecuárias no Brasil**

As cooperativas, em sua essência, possuem uma dualidade. Constituem-se enquanto organizações sociais que atuam como entidades associativas e, ao mesmo tempo, como organizações empresariais produtivas. Como entidades, as mesmas são também representativas de um coletivo,

pois reúnem pessoas com os mesmos interesses/atividades e objetivos. Mas as próprias atividades em si materializam a organização produtiva. E é justamente a motivação econômica, por vezes em momento de crises, que tende a direcionar a organização de cooperativas como “solução” (LOUREIRO, 1981).

Ainda que a origem do movimento cooperativista tenha ligação direta com o meio urbano-industrial na Europa, no Brasil as primeiras e principais iniciativas estão vinculadas às atividades agropecuárias no meio rural (PINHO, 1977).

Ricken e Stoberl (2014) apontam para o aspecto legal da inserção do movimento cooperativista no país, demonstrando que, em 1903, o Decreto nº 979 considerava a organização cooperativa como parte das organizações sindicais, evidenciando seu caráter societário e representativo, e foi somente em 1907, com o Decreto 1.637, que o Estado passa a reconhecer o duplo papel das mesmas, incorporando a dimensão econômica.

Não obstante, as primeiras cooperativas brasileiras, fora do meio rural, surgem no final do século XIX. Silva et al. (2003) exemplificam os casos da criação em 1891 da Associação Cooperativa de Empregados, em Limeira-SP, e da Cooperativa de Consumo de Camaragibe, no município de Camaragibe em Pernambuco no ano de 1894.

Mas, somente no ano de 1932 é que uma primeira lei específica passa a regulamentar as cooperativas brasileiras (PINHO, 1977). A partir desse período ocorrem muitas iniciativas de organização de sociedades cooperativas por parte de imigrantes, a maioria vinculada à agricultura e ao meio rural.

A legislação teve alterações pontuais durante décadas, até que, em 1971, a Lei nº 5.764 passa a definir a Política Nacional de Cooperativismo e o Regime Jurídico das Sociedades Cooperativas<sup>1</sup>. No parágrafo único do artigo 2 da referida lei consta: “A ação do Poder Público se exercerá, principalmente, mediante prestação de assistência técnica e de incentivos financeiros e creditórios especiais, necessários à criação, desenvolvimento e integração das entidades cooperativas”. Podemos perceber que os incentivos à criação de sociedades cooperativas por parte do Estado têm uma relação direta com as aspirações econômicas do poder público em um momento de crescimento econômico.

Nesse contexto, as cooperativas têm sido beneficiadas pela legislação, pois, diferentemente das outras tipologias de empresas, as sociedades cooperativas, além de contar com isenção de alguns impostos na fundação, tiveram atendidas suas demandas de crédito e financiamento (LOUREIRO, 1981; FAJARDO, 2008).

### **3. O cooperativismo agropecuário no Paraná**

A ocupação do território paranaense processou-se a partir de três frentes espaço-temporais<sup>2</sup> que constituíram verdadeiras trajetórias regionais (CUNHA, 2006). O chamado Paraná Tradicional, que tem início no período colonial, avançando até o início do século XX, foi o momento em que se instalam as primeiras cooperativas agropecuárias. Em sua maioria, as primeiras iniciativas cooperativistas no território paranaense partiram de imigrantes. Eram, sobretudo, agricultores que miravam na associação a maneira ideal de consolidarem os propósitos das colônias.

Talvez um dos maiores destaques entre os pioneiros do cooperativismo no Paraná seja o caso do ucraniano Valentim Cuts, que liderou a fundação de diversas cooperativas no estado, principalmente compostas de imigrantes ucranianos. Alguns exemplos são citados por OCEPAR (1997b, s.n.):

[...] a Sociedade Cooperativa Svitlo (luz) em Carazinho, União da Vitória, em janeiro de 1920, e a Cooperativa Agrária de Consumo de Responsabilidade Ltda., 'Liberdade', em Vera Guarani, município de Paulo Frontin, surgida no ano de 1930, que foi a primeira cooperativa registrada conforme o Decreto-Lei 581/38, tendo o registro sido feito no dia 19 de maio 1942, recebendo o nº1.

Outro personagem pioneiro dos movimentos cooperativos no estado foi o padre Teodoro Drapienski, que criou, em três de maio de 1920, a Sociedade Cooperativa de Comércio "União Lavoura" de cunho político-confessional (OCEPAR, 1997b, s.n.) e inspirada no sistema de Raiffeisen. Cabe ainda registrar a fundação da Colônia Muricy, através da Sociedade Agrícola Polonesa, em 1912, transformada em Cooperativa Mista Agropecuária São José, em 1945 (OCEPAR, 1997b, s.n.).

Há ainda muitos outros casos de cooperativas surgidas a partir de colônias de imigrantes holandeses, alemães e outros:

Significativo impulso ao cooperativismo estadual, foi trazido também pelas experiências bem sucedidas das cooperativas de colonização, como Batavo e Castrolanda de Castro; e Capal de Arapotí, hoje verdadeiros exemplos de comunidades rurais perfeitamente urbanizadas, economicamente prósperas e socialmente integradas às condições de vida urbano-industrial vigentes no país (OCEPAR, 1997a, p. 5).

É preciso lembrar que, além dos muitos exemplos de cooperativas surgidas a partir de colônias de imigrantes, vários outros casos não envolveram diretamente essas colônias, ainda que os exemplos dos imigrantes possam ter influenciado outros movimentos. Dentre os casos que podem ser citados destacam-se a fundação da Associação Beneficente 26 de Outubro, em Ponta Grossa, no ano de 1906, que mais tarde foi transformada em Cooperativa Mista 26 de Outubro, organizada por ferroviários. Outro caso é a organização da Cooperativa Florestal Paranaense em 1909, que funcionava como uma entidade representativa das indústrias madeireiras (OCEPAR, 1997b, s.n.).

Destaque também foi a fundação das cooperativas de mate. Inicialmente, houve a organização em torno da Federação das Cooperativas de Mate Ltda. – Agromate; em seguida, por iniciativa do Governo Federal, os mateiros seguem a orientação da Comissão de Organização de Cooperativas de Mate – COCPM, a partir de 1943, num período de crise em virtude da concorrência com o produto argentino, dos altos estoques e baixos preços, quando são estruturadas as cooperativas. Tratava-se da busca de uma solução para o período crítico que indicava o declínio da atividade ervateira no estado. Entretanto, após um curto período de ascensão, em meio a conflitos de interesses entre industriais, comerciantes e produtores insatisfeitos com a política da COCPM, uma crise ainda mais intensa, provocada pela consolidação da posição da Argentina e de outros países no mercado mundial, coloca os produtores paranaenses em uma situação altamente desfavorável, pois contavam com um produto de qualidade inferior sem condições de competir no mesmo nível dos concorrentes.

Surgidas inicialmente por iniciativas dos produtores, as cooperativas de cafeicultores foram estimuladas pelo Instituto Brasileiro do Café – IBC, que impulsionou a constituição e recuperação das cooperativas de cafeicultores no Paraná.

Do mesmo modo que ocorrera com as cooperativas de mate, é num momento de crise da lavoura em que os produtores unem-se em

cooperativas. No entanto, as primeiras cooperativas de cafeicultores surgem motivadas pelas dificuldades de transporte das safras diretamente para São Paulo. A falta de vagões teria que ser suprimida para que os produtores obtivessem melhores ganhos, através do transporte ferroviário, do que se comercializassem a produção com intermediários. Assim são fundadas a Cooperativa Agrícola Três Barras, no município de Assaí, em 1939 (a primeira do Norte do Paraná); a Cooperativa Mista de Cambé, em 1943; a Cooperativa Agrária de Ibiporã, em 1947, e várias outras. Entretanto, essas não conseguiram manter-se e sobreviveram por poucos anos, sem força para solucionar inclusive o problema de transporte da produção.

Mas, na década de 1950, o cooperativismo volta a ser discutido entre os produtores de café. Dessa vez a crise no mercado, em razão das super-safras do produto, serviu como motivação. No início da década de 1960, o número de cooperativas de cafeicultores quase duplicou em relação às existentes na década de 1950 (ARAÚJO, 1982). A associação em cooperativas trazia um novo alento aos produtores, significando talvez a única alternativa para a continuidade da cultura cafeeira.

Sendo o café um produto de importância econômica e social, justificava uma interferência direta do governo, por meio de mecanismos que protegessem sua produção e também a comercialização. E as cooperativas de cafeicultores foram afetadas por esses mecanismos. Mesmo as cooperativas que não surgiram através do IBC, dependiam da ação desse órgão estatal para superar as crises. Assim, havia uma relação muito forte entre as cooperativas e o IBC, que envolvia uma atuação conjunta nas questões do café. Porém, quando se acentua a crise na cafeicultura e se retiram os estímulos ao setor cooperativista, tem início um processo de dissolução das cooperativas de cafeicultores a partir de 1966 (HESPANHOL; COSTA, 1995, p. 375). Desse modo, das 33 cooperativas de cafeicultores existentes em 1964 (OCEPAR, 1997b, s.n.) restaram apenas oito (HESPANHOL; COSTA, 1995, p.375).

Muitas outras cooperativas agropecuárias, algumas surgidas já na década de 1970, como a Coamo, e outras mais antigas oriundas de imigrantes, como a Castrolanda e a Agrária, também participaram da modernização entre os anos 1970 e 1980.

#### 4. A modernização e a industrialização da agricultura no Paraná

O Paraná tem no seu processo histórico de formação territorial e econômica ligação direta com as atividades agropecuárias. As diversas fases econômicas, que coincidem com os momentos da ocupação, tiveram um produto agrícola ou atividade agropecuária como dominante e representativo/a. Assim, sucederam-se as atividades da pecuária, de extração e beneficiamento de madeira, produção de erva-mate, café, soja, etc. (FAJARDO, 2007). Nesse contexto, a presença de imigrantes europeus influenciou a introdução de modelos de produção organizados a partir de cooperativas (FAJARDO, 2008).

No Brasil, a modernização agropecuária, iniciada no país na década de 1950, com estímulos do Estado, é impulsionada nos anos 1960 com o advento de tecnologias (novos insumos, máquinas, técnicas de plantio e sementes selecionadas) do chamado “pacote tecnológico norte-americano” da Revolução Verde. Isso implicou na introdução de novas culturas, como a soja e o trigo, denominadas de modernas, chegando ao Paraná, principalmente na década de 1970, simultaneamente ao processo de desarticulação da estrutura cafeeira, atividade produtiva predominante no norte do estado.

Esse processo de modernização foi muito eficiente na sua difusão, pois impôs condições de produção sem as quais tornar-se-ia inviável qualquer atividade agrária com fins comerciais. Tendo como base principalmente a mecanização, o uso de novos elementos e insumos químicos e biológicos, bem como a aplicação de novas formas de trabalho, as transformações na produção agropecuária foram enormes. De um lado, houve um ganho de produção e produtividade com um conseqüente aumento da renda agrícola; de outro, estão os resultados trágicos, com a expulsão da mão de obra rural para os centros urbanos ou outras áreas de fronteira agrícola, e, ainda, com a exclusão de produtores que não conseguiram incorporar-se à modernização.

Esse é um fato típico da modernização nos países chamados dependentes, onde a utilização das terras é limitada, inicialmente, àquelas mais adaptadas. A modernização é circunscrita a determinadas áreas

que atribuem maiores rendimentos com menos esforços (SANTOS, 1996, p. 106). Enormes espaços são, assim, excluídos do processo, constituindo-se como fronteiras agrícolas.

Na década de 1970, o Paraná sofre o impacto da modernização agropecuária de forma mais intensa. As alterações na base técnica da produção ocorrem com a adoção de meios de origem industrial. O caso da agricultura paranaense constitui um verdadeiro laboratório de pesquisa, pois na década de 1970 suas diversas regiões apresentavam graus e ritmos diferentes de integração à modernização tecnológica, fato que permite a verificação e o acompanhamento do processo, a partir de um ícone, a soja, como elemento transformador do espaço rural, introdutor das inovações tecnológicas (FLEISHFRESSER, 1988, p. 17).

Delgado (1985, p. 165) aponta que é a partir da modernização agropecuária na década de 1970 que o setor cooperativista também se moderniza, sendo esse o período no qual surge a figura da multicooperativa: entidade que se assemelha com uma empresa controladora de um grupo empresarial pela diversificação setorial e espacial de operação econômica.

A modernização tecnoeconômica – que, segundo Müller (1989, p. 63), é uma alteração na composição orgânica do capital – se faz presente como resultado da interação entre industrialização do campo/das atividades agrárias e as mudanças sociais e políticas entre os grupos sociais. E a constituição do Complexo Agroindustrial é produto dessa modernização tecnoeconômica.

O Paraná acompanhou o crescimento da agricultura no conjunto do país, colaborando também para esse impulso. Pois, como salienta Munhoz (1982, p. 46): “A agricultura brasileira registrou elevadas taxas de crescimento na década de 1970, com um aumento no produto real até o ano de 1980, comportamento geral que também se verificou isoladamente com as lavouras”. Segundo o mesmo autor, isso se deve, sobretudo, à abertura de novos mercados externos, ao crescimento da demanda internacional e às maiores dimensões do mercado interno.

É justamente a cultura da soja o fator mais representativo da modernização na agricultura paranaense. No caso específico do norte paranaense, o sucesso da soja em substituição ao café no norte do Paraná se deve à condição dessa cultura possuir: inovações pré-adquiridas como sementes

selecionadas; um processo de produção totalmente mecanizado desde o plantio até a colheita; a capacidade de aliar interesses que impulsionaram o seu cultivo: o das indústrias processadoras e exportadoras do produto e o do Estado, que teve incluído um produto de grande aceitação na pauta de suas exportações (ROLIM, 1995, p.63).

E foi a ação estatal um dos mais importantes meios que promoveu a modernização, via mecanismos de crédito, incentivos fiscais e políticas direcionadas para produtos como a soja. O incentivo à produção da soja significou uma política de preço mínimo favorável, bem como amplo crédito para investimentos nessa cultura com juros subsidiados. Tais estímulos à modernização não atingiram as pequenas propriedades e outros produtos como o feijão e outros gêneros alimentícios de primeira necessidade (GRAZIANO DA SILVA, 1982).

Percebe-se que, deixando de lado muitos produtos e produtores, a modernização agrária revela-se parcial, no entanto seu impacto é geral. Tal fato se justifica pelo estilo de incorporação à modernização implantada. A aliança entre os interesses dos capitais nacionais, internacionais e do Estado põe em prática um processo modernizante, que escolhe as áreas onde a demanda agroindustrial das exportações e dos centros urbanos é mais forte e, portanto, as áreas mais interessantes. Ao mesmo tempo em que se modernizava, o setor agrícola consolidava sua condição de dependência, como consumidor, dos insumos industriais.

No Paraná as condições eram muito favoráveis à modernização. A economia estava integrada ao mercado nacional, havia disponibilidade de terras excelentes e existia um nível razoável de acumulação entre os produtores de café (FLEISHFRESSER, 1988, p. 17-18). É na década de 1970 que tem início a instalação de grandes unidades industriais com o setor agroalimentar ocupando a liderança no conjunto da economia paranaense.

O volume de crédito destinado à atividade agrícola no Paraná representou cerca de 20% do total destinado para o Brasil (PEREIRA, 1992, p. 120). Nesse estado, como em outros, a política de crédito rural foi decisiva para a modernização, expressa em maior participação no volume de vendas de tratores e do consumo de fertilizantes. O Paraná, sobretudo nos anos 1970, foi o estado onde houve a maior expansão das áreas de soja e trigo. O consumo de insumos modernos para essas lavouras foi

enorme graças aos créditos oferecidos e destinados especialmente às mesmas culturas.

Do mesmo modo, foi indispensável o financiamento público para a agroindustrialização (FAJARDO, 2008). No caso das cooperativas, esse amparo estatal permitiu um notável crescimento das mesmas no setor agroindustrial (MEDEIROS, 1997, p. 5). Porém, um bom número de agricultores ficou à margem do processo de modernização e industrialização da agricultura, sendo esse o lado trágico da modernização e das inovações tecnológicas. A consequência social foi então a criação de excluídos do campo.

Por outro lado, como ressalta Müller (1994, p.15), na incorporação de produtores, através da industrialização do campo e da agroindustrialização da produção agrária, foi alterado o critério de participação dos produtores agrários em relação ao período "latifúndio-minifúndio". Essa ocorreu em condições de radicais mudanças microeconômicas e sociais. Houve uma nítida seletividade no processo, entre aqueles que poderiam ser incorporados e os que o foram através de cooperativas, contratos com agroindústrias, supermercados, possibilidades de acesso direto ao mercado etc. (MÜLLER, 1994, p.15).

No Paraná, a modernização agropecuária atingiu todas as mesorregiões geográficas. O avanço do modelo tecnologicamente considerado como moderno, da agricultura empresarial, começa nas mesorregiões Norte Central, Oeste e Centro-Occidental, ainda na década de 1970, avançando na década de 1980 para o Centro-Sul e consolidando-se somente nos anos de 1990 nas mesorregiões Sudoeste e Sudeste. Porém, nos espaços onde há mais dificuldades para a mecanização, devido aos terrenos mais acidentados ou inclinados, ou ainda aos solos muito rasos e arenosos, ainda resistem áreas de agricultura familiar e de menor participação de cooperativas agropecuárias especializadas na produção em grãos, como soja e milho. Podemos exemplificar os casos do Sudeste, do Centro-Sul e do Sudoeste.

Geograficamente, isso também significa que as ações são pautadas estrategicamente, no sentido de definição e estudo de mercados e das localizações (FAJARDO, 2009). Do mesmo modo, a ação é política e o poder representativo das cooperativas é exercido nesse campo.

Nesse contexto de avanço capitalista no campo, as cooperativas agropecuárias surgem como uma das formas de inserção na modernização tecnológica. Ao mesmo tempo, elas acabaram também por incorporar

os produtores à lógica e à dinâmica do Complexo Agroindustrial em vigoroso processo de expansão na década de 1970.

Ao ingressar em atividades agroindustriais, as cooperativas vão buscar fortalecimento agregando valor aos produtos primários e ampliando sua participação nas cadeias produtivas. Atingindo seus objetivos primários, as cooperativas também atendem aos interesses do Estado, de um lado, como instrumento da penetração do capitalismo no campo e, de outro, desencadeando um desenvolvimento econômico e regional segundo o modelo agroindustrial-exportador (MEDEIROS, 1997, p. 5), implantado justamente nos anos de 1970.

Após a década de 1990, despontam no cenário rural paranaense algumas cooperativas agropecuárias que passam a participar do processo produtivo, competindo economicamente com outras já estabelecidas e expandindo a atuação em várias regiões do estado. Entre elas podemos destacar a Integrada Cooperativa Agroindustrial e a C.Vale (SILVA; ALVES; ROCHA JR, 2008). Deve-se ressaltar que estas já adentram o mercado e expandem suas atividades em um momento em que o processo de modernização já estaria quase concluído em todo o espaço rural paranaense.

## **5. A participação das cooperativas agropecuárias no processo de modernização da agricultura**

O tipo de modernização praticado no Brasil, concentrada no Centro-Sul do país e no Paraná, articulou a atividade agropecuária a um conjunto de mercados fortemente oligopolizados, o que caracteriza o setor agroindustrial. Essa dinâmica, materializada no Complexo Agroindustrial<sup>3</sup>, impôs novas formas de agroindústrias, organização comercial interna e internacional e padrões produtivos que redundam, sobretudo, na subordinação das atividades agrícolas ao comando industrial.

Essa nova realidade, denominada de “Padrão Agrário Moderno”, por Müller (1989, p. 41), sintetiza os elementos presentes no Complexo Agroindustrial, com a agricultura totalmente integrada à indústria por meio das relações inter-setoriais no conjunto econômico. A agricultura assume assim um estilo empresarial de gestão.

Nesse quadro, as empresas cooperativas surgem como alternativa para a inserção na modernização tecnológica do campo, funcionando ao mesmo tempo como propagadoras da mesma. Por outro lado, vêem-se forçadas a ingressar na atividade agroindustrial com intuito de agregar valor à produção agropecuária como meio de sobreviverem à concorrência com empresas que passam a operar com os mesmos produtos.

A transição das cooperativas agrícolas, e no caso do norte paranaense, sobretudo as cooperativas de cafeicultores, de meras comercializadoras da produção para participantes do setor agroindustrial, aconteceu com a consolidação da modernização agrária via lavouras mecanizadas de soja e trigo. A agroindustrialização veio inicialmente através do processamento da produção entregue pelos associados. A diversificação da produção agrícola, com o incentivo a novos cultivos, trouxe a diversificação da forma de atuação das cooperativas, com grandes investimentos na verticalização (FAJARDO, 2005b).

O caso da Cocamar é bastante ilustrativo. Esta historicamente saiu à frente no que tange à verticalização, desde o final da década de 1970, com o esmagamento de soja e produção de óleo, passando a investir nos anos 1980 em usinas de álcool, fiação de algodão e depois de seda, expandindo a diversificação no sentido da produção para o varejo (FAJARDO, 2008 e 2009). Assim, passou a concentrar a maior parte de suas atividades industriais em um parque industrial no perímetro urbano de Maringá-PR, com produção de sucos variados (alguns à base de soja), maionese, café, entre outros.

No caso da cafeicultura por exemplo, o cooperativismo surge como defesa dos produtores em um momento difícil em termos de mercado, representando ganhos de escala na comercialização. Observa-se que não foi a doutrina cooperativista nem seus princípios filosóficos que atraíram os agricultores para aderirem a essa relação associativista, mas as vantagens econômicas que isso significaria.

Mesmo com características peculiares que distinguem as cooperativas de outras empresas, o fato de elas investirem na diversificação e na agroindustrialização pode ser entendido pela necessidade de crescimento, que, na verdade, foi, até certo ponto, imperativa. Isso é factível, na medida em que os ganhos com a comercialização, sem nenhum processamento, eram muito reduzidos, seja para a remuneração do cooperado, seja para

a formação de um capital para que a cooperativa se sustentasse como entidade autônoma. A existência de créditos subsidiados foi vital para a sobrevivência competitiva das cooperativas (LEÃO, 1989, p. 44).

A importância da agroindústria atingiu tal nível que, sem ela, a agricultura torna-se quase impraticável (basta citar a agroindústria de sementes, à montante). Em relação às agroindústrias processadoras, estas adicionam valor aos produtos, o que para as cooperativas foi decisivo nas suas pretensões dentro do mercado. Tal característica marca a dependência industrial criada pelo modelo produtivo chamado “moderno” e “empresarial”. Tal dependência evoluiu para um perfil técnico-científico de um mercado global dominado por grandes corporações (SANTOS, 2001).

Os resultados econômicos obtidos pelas cooperativas, quase sempre positivos nas últimas décadas, têm reforçado o aspecto empresarial destas (CAZAROTTO; PEREIRA, 2012). Nesse sentido, a dimensão como entidades sociais e representativas restringe-se ao discurso das lideranças e, obviamente, tais discursos são pautados também em interesses econômicos.

As cooperativas foram submetidas às lógicas globais de acumulação e competição, orientadas por um padrão produtivo concentrador. Nesse sentido, interessa mais às cooperativas quem produz mais. O processo concentrador da modernização atinge, assim, também o número e o perfil dos cooperados.

Com a reconfiguração do setor a partir da década de 1990, as cooperativas agropecuárias paranaenses passaram a adotar estratégias empresariais buscando maior competitividade (FAJARDO, 2008). Desse modo, sua própria identidade é afetada, e muitas cooperativas paranaenses, ainda que possuam poucas atividades agroindustriais passam a incorporar à razão social e mesmo ao nome de fantasia o termo “agroindustrial”.

## **6. Considerações finais**

A participação das cooperativas agropecuárias foi decisiva no processo de modernização da agricultura paranaense. Estas serviram como agentes estratégicos do Estado na ocupação das fronteiras agrícolas e na estruturação da economia regional.

O caso das cooperativas de cafeicultores é ilustrativo. Além do claro papel de difusoras das relações capitalistas no campo, as mesmas representaram um dos principais sustentáculos da base econômica paranaense fundada na cultura cafeeira. Quando do processo de crise da atividade, foram elementos importantes da modernização, a partir da diversificação com a introdução das culturas “modernas” (sobretudo soja).

Por outro lado, o caráter social das iniciativas cooperativistas enfraqueceu-se na medida em que as estratégias empresariais das cooperativas passam a dominar suas ações e seu desenvolvimento. Ao mesmo tempo, o modelo produtivo concentrador exigia da agricultura a racionalidade industrial típica do Complexo Agroindustrial dos anos de 1970 e do conceito de “agronegócio<sup>4</sup>”, também introduziu uma lógica que prioriza a grande produção.

Nesse sentido, a atividade cafeeira dos anos 1960 no Paraná deu lugar a um sistema (adotado pelas cooperativas de cafeicultores que “sobreviveram”) totalmente distinto, no qual o número de produtores beneficiados reduziu-se drasticamente, restringindo-se àqueles que conseguiram acumular capital suficiente que permitisse articulação com a grande produção. Quem não conseguiu adequar-se, teve que se desfazer da propriedade e deixar a atividade agrícola (indo para os centros urbanos) ou buscou outras fronteiras agrícolas do Centro-Oeste ou do Norte do país.

A partir da década de 1990, as cooperativas agropecuárias expandiram suas atividades, sobretudo as maiores do Paraná, como Coamo, Cocamar, Castrolanda, Agrária, Coopavel, entre outras. As mesmas incorporaram, inclusive, o termo “agroindustrial” nos seus nomes, pois isso se tornou parte de sua identidade. No entanto, esse salto para o perfil agroindustrial não foi acompanhado da manutenção das ações associativistas, já que as mesmas passaram a adotar as mesmas estratégias das grandes corporações para competirem em um mercado global e oligopolizado.

No Paraná, ainda que as cooperativas agropecuárias não desempenhem na atualidade o mesmo papel transformador da economia regional, pois se adequam às exigências das grandes empresas, elas ainda representam o capital nacional, apoiadas na fixidez regional que ainda carrega certo simbolismo nos discursos das diretorias das cooperativas. Do ponto de vista geográfico, o fato é significativo sob a ótica das disputas territoriais na

dinâmica espacial. Assim como as grandes corporações do chamado “agronegócio” (ELIAS, 2011), as cooperativas também produzem espaço, rural ou urbano, enquanto geram processos de ocupação, exploração e transformação, áreas de produção e circulação, de consumo e demandas. Mas, a visão romântica a respeito do cooperativismo, às vezes ainda presente em algumas esferas da sociedade, incluindo áreas do meio acadêmico, acaba sendo superada em razão dos caminhos tomados por boa parcela das cooperativas agropecuárias.

## Notas

- 1 A Lei N.º 5.764 de 12 de dezembro de 1971 pode ser acessada no link: [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/leis/L5764.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L5764.htm).
- 2 Sobre as frentes pioneiras de ocupação ver: BERNARDES, Lysia. O problema das “frentes pioneiras” no Estado do Paraná. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, ano XV, n. 3, jul./set., 1953.
- 3 Não se quer aqui discutir os rumos conceituais do Complexo Agroindustrial tal como aborda Mazzali (2000) quando trata da superação do modelo, sobretudo, a partir dos anos de 1990, mas sim expor aspectos do processo de estruturação do mesmo nas décadas de 1960, 1970 e 1980.
- 4 Entendemos o agronegócio como o modelo conceitual de interpretação do conjunto das atividades agropecuárias e agroindustriais, derivado do termo “*agribusiness*” que foi difundido pela Escola de Administração de Harvard (FAJARDO, 2008). O mesmo conceito representa um modelo produtivo global, apoiado em grandes corporações, responsáveis pela maior parte da produção e da comercialização agrícola do planeta, e reúne interesses do capital financeiro e industrial, a partir da intensificação das relações inter-setoriais, ao mesmo tempo em que adota parâmetros tecnológicos e de mercado baseados nas lógicas do grande capital e do mercado global. No Brasil, os mesmos representantes dos antigos latifúndios, ou ainda das chamadas agriculturas modernas ou empresariais, assumiram o rótulo do agronegócio. Assim, não cabe incluir atividades agropecuárias de base familiar ou camponesa nessa lógica.

## Referências

- ARAÚJO, S. M. P. **Eles**: a cooperativa: um estudo sobre a ideologia da participação. Curitiba . Ed. Projeto, 1982. 215p.
- BECKER, B. Redefinindo a Amazônia: o vetor tecnológico. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Questões atuais da reorganização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. p. 223-244.

BERNARDES, L. O problema das “frentes pioneiras” no Estado do Paraná. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, ano XV, n. 3, jul./set., 1953.

CANCIAN, N. A. **Cafeicultura paranaense - 1900/1970**. Curitiba: Grafipar, 1981.

CAZAROTTO, S; PEREIRA, W. As cooperativas de produção agroindustrial no Paraná e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE). **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 122, p. 177-200, jan./jun. 2012.

CUNHA, L. A. G. Paraná: desenvolvimento rural e questão regional. **Revista Eletrônica Interdisciplinar Voos**, n. 2, p. 68-79, jun. 2006.

DELGADO, G. **Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985**. Campinas: Ícone/Editora da UNICAMP, 1985.

ELIAS, D. Agronegócio e novas regionalizações do Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, São Paulo, v. 13, n. 12, 2011.

FAJARDO, S. Algumas discussões sobre a abordagem econômica do território na Geografia e suas implicações no espaço rural. **RAÍE GA**, Curitiba, n. 10, p. 131-137, 2005a.

\_\_\_\_\_. A questão locacional na relação campo-cidade. **Temas & Matizes**, Cascavel, n. 16, p. 97-114, 2º sem. 2009.

\_\_\_\_\_. As cooperativas paranaenses e o novo padrão de desenvolvimento agroindustrial. **Formação**, Presidente Prudente, n. 12, v. 1, p. 165-192, 2005b.

\_\_\_\_\_. Aspectos da ocupação, da formação da estrutura produtiva e das transformações na paisagem rural no território paranaense. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 7, n. 20, p. 89-101, fev. 2007.

\_\_\_\_\_. Estratégias da Cooperativa Cocamar no setor agroindustrial. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 4, n. 7, p. 86-111, fev. 2008.

\_\_\_\_\_. O espaço rural e os reflexos na economia global. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 12, n. 37, p. 96-106, mar. 2011.

\_\_\_\_\_. **Territorialidades corporativas no rural paranaense**. Guarapuava: Ed. Unicentro, 2008. 414p.

FLEISHFRESSER, V. **Modernização tecnológica da agricultura: contrastes regionais e diferenciação social no Paraná na década de 70**. Curitiba: CONCITEC/IPARDES, Livraria do Chain, 1988.

GUIMARÃES, A. P. **A crise agrária**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1989. 362p.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

\_\_\_\_\_. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1996.

HESPAHOL, A. N.; COSTA, V. M. H. M. A importância das cooperativas no processo de modernização da agricultura paranaense. **Boletim de Geografia Teórica**, Rio Claro, v. 25, n. 49-50, p. 373-384, 1995.

LEÃO, I. Z. C. C. **O Paraná nos anos setenta**. Curitiba: IPARDES/CONCITEC, 1989.

LOUREIRO, M. R. G. **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1981. 155p.

MAZZALI, L. **O processo recente de reorganização agroindustrial**: do complexo à organização “em rede”. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

MEDEIROS, N. H. **A competição schumpeteriana e a organização cooperativa**: o caso da “COCAMAR”. São Paulo, 1995. Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade; Departamento de Economia, 1995.

\_\_\_\_\_. O mercado agroindustrial cooperativo norte-paranaense e o novo padrão competitivo da década. **Texto para discussão nº 32**. Maringá, Universidade Estadual de Maringá, Departamento de Economia, out. 1997.

MÜLLER, G. Competitividade e integração econômica e social: para uma gestão regional das questões agrárias e agroindustriais. **Rascunho**, Rio Claro, n. 32, dez. 1994.

\_\_\_\_\_. **Complexo Agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: HUCITEC, 1989.

\_\_\_\_\_. Observação sobre a economia política da agricultura brasileira. **Rascunho**, Araraquara, n. 14, p. 1-65, dez. 1990.

MUNHOZ, D. G. **Economia agrícola - agricultura**: uma defesa dos subsídios. Petrópolis: Vozes, 1982.

OCEPAR. Organização das Cooperativas do Estado do Paraná. **O cooperativismo paranaense**. Curitiba, 1997b. (s.n.).

\_\_\_\_\_. **Projeto de investimento agroindustrial das cooperativas do Paraná**. Curitiba, 1997a.

PADIS, P. C. **Formação de uma Economia Periférica**: o caso do Paraná. São Paulo: Hucitec, 1980.

PEREIRA, L. B. O Estado e o desempenho da agricultura paranaense no período de 1975-85. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 30, n. 2, p. 115-133, abr./jun. 1992.

PINHO, D. B. **Economia e cooperativismo**. São Paulo: Saraiva, 1977. 177p.

RICKEN, F. A. G.; STOBBERL, P. R. O Estado e a ação política organizada: cooperativismo agropecuário no estado do Paraná (1907-1988). **Revista Eletrônica de Ciência Política**, v. 5, n. 2, 2014.

ROLIM, C. F. C. O Paraná urbano e o Paraná do agrobusiness. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 86, p. 49-99, set./dez. 1995.

SANTOS, M. **O trabalho do geógrafo no terceiro mundo**. 4. ed. São Paulo: HUCITEC, 1996.

\_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização**. São Paulo: Record, 2001.

SILVA, C. L. da; ALVES, A.; ROCHA JR., W. F. Cooperativismo e desenvolvimento no Oeste paranaense: o caso da C.Vale na região de Palotina/PR. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, v. 10, n. 18, p. 49-58, dez. 2008.

SILVA, E. S. et al. Panorama do cooperativismo brasileiro: história, cenários e tendências. **UniRcoop**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 2003

VALVERDE, O. **Estudos de geografia agrária brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1985.

## Apêndice

### Quadro 1

RELAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO RAMO AGROPECUÁRIO NO PARANÁ, VINCULADAS AO SISTEMA OCB/OCEPAR

<b>COOPERATIVA (Nome)</b>	<b>Razão social</b>	<b>Município-sede</b>
AGRÁRIA	COOPERATIVA AGRÁRIA AGROINDUSTRIAL	GUARAPUAVA
AGROPAR	AGROPAR - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DO MÉDIO OESTE DO PARANÁ	ASSIS CHATEAUBRIAND
APRO CER COOPERATIVA	APRO CER COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL	WENCESLAU BRÁZ
AURORA ALIMENTOS	COOPERATIVA CENTRAL OESTE CATARINENSE	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS
BATAVO	BATAVO COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL	CARAMBÉI
BOM JESUS	COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL BOM JESUS	LAPA
C.VALE	C. VALE COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL	PALOTINA
CAMDUL	COOPERATIVA AGRÍCOLA MISTA DUOVIZINHENSE LTDA.	DOIS VIZINHOS
CAMISC	COOPERATIVA AGRÍCOLA MISTA SÃO CRISTÓVÃO LTDA.	MARIÓPOLIS
CAMP	COOPERATIVA AGRÍCOLA MISTA PRUDENTÓPOLIS LTDA.	PRUDENTÓPOLIS
CAPAL	CAPAL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL	ARAPOTI
CASB	COOPERATIVA AGRÍCOLA SUL BRASIL DE LONDRINA LTDA.	ASSAÍ

CASTROLANDA	COOPERATIVA AGROPECUÁRIA CASTROLANDA	CASTRO
CATIVA	COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DE LONDRINA	LONDRINA
CCLPL	COOPERATIVA CENTRAL DE LATICÍNIOS DO PARANÁ LTDA.	CARAMBEÍ
CLAC	COOPERATIVA DE LATICÍNIOS CURITIBA LTDA.	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS
CM3	CM3 COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL	PARANAÍ
COAC	COOPERATIVA AGROPECUÁRIA CAETÊ	CURIÚVA
COACAN	COOPERATIVA AGROPECUÁRIA CANDÓI	CANDÓI
COACIPAR	COACIPAR COOPERATIVA DE AGRICULTURA FAMILIAR E SOLIDÁRIA DO PARANÁ	PARANAÍ
COAGRO	COAGRO COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL	CAPANEMA
COAGRU	COAGRU COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL UNIÃO	UBIRATÃ
COAMIG	COOPERATIVA AGROPEC. MISTA DE GUARAPUAVA LTDA.	GUARAPUAVA
COAMO	COAMO AGROINDUSTRIAL COOPERATIVA	CAMPO MOURÃO
COAPROCOR	COAPROCOR COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DE PRODUTORES DE CORUMBATAÍ DO SUL E REGIÃO	CORUMBATAÍ DO SUL
COASUL	COASUL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL	SÃO JOÃO
COAVE	COAVE - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL AVÍCOLA UNIÃO	NOVA AURORA

COCAFE	COOPERATIVA AGRÍCOLA DE ASTORGA LTDA.	ASTORGA
COCAMAR	COCAMAR COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL	MARINGÁ
COCAMP	COOPERATIVA AGRÍCOLA DOS CAMPOS PALMENSES LTDA.	PALMAS
COCARI	COCARI COOPERATIVA AGROPECUÁRIA E INDUSTRIAL	MANDAGUARI
COCEAL	COOPERATIVA CENTRAL DE ALGODÃO LTDA.	IBIPORÃ
CODEPA	COOPERATIVA DE DESENVOLVIMENTO E PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	MANGUEIRINHA
COFERCATU	COFERCATU COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL	PORECATU
COLARI	COOPERATIVA DE LATICÍNIOS DE MANDAGUARI LTDA.	MANDAGUARI
CONFEPAR	CONFEPAR AGRO-INDUSTRIAL COOPERATIVA CENTRAL	LONDRINA
COOAVISUL	COOPERATIVA DOS AVICULTORES DO SUDOESTE DO PARANÁ	DOIS VIZINHOS
COOCAROL	COOPERATIVA AGRO-INDUSTRIAL DE PRODUTORES DE CANA DE RONDON LTDA.	RONDON
COODETEC	COOPERATIVA CENTRAL DE PESQUISA AGRÍCOLA	CASCADEL
COOFAMEL	COOFAMEL COOPERATIVA AGROFAMILIAR SOLIDÁRIA DOS APICULTORES DA COSTA OESTE DO PARANÁ	SANTA HELENA
COONAGRO	COOPERATIVA NACIONAL AGROINDUSTRIAL	CURITIBA

COOPAGRICOLA	COOPERATIVA AGRÍCOLA MISTA DE PONTA GROSSA	PONTA GROSSA
COOPAVEL	COOPAVEL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL	CASCADEL
COOPCANA	COOPERATIVA AGRÍCOLA REGIONAL DE PRODUTORES DE CANA LTDA.	PARAÍSO DO NORTE
COPELER	COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE LEITE DO TERRITÓRIO ENTRE RIOS	SÃO JORGE DO PATROCÍNIO
COOPERALIANÇA	COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL ALIANÇA DE CARNES NOBRES VALE DO JORDÃO	GUARAPUAVA
COOPERANTE	COOPERATIVA AGRÍCOLA CAMPO DO TENENTE	CAMPO DO TENENTE
COOPERATIVA MARIA MACIA	MARIA MACIA COOPERATIVA MISTA AGROPECUÁRIA	CAMPO MOURÃO
COOPERINE	COOPERATIVA AGRÍCOLA MISTA DE RIO NEGRO	RIO NEGRO
COOPERLATE-VIDA	COOPERATIVA DE PRODUÇÃO DE LEITE DE CORONEL VIVIDA	CORONEL VIVIDA
COOPERNOBRE	COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DE PRODUTORES DE CARNES	TOLEDO
COOPERPONTA	COOPERATIVA AGRÍCOLA PONTAGROSSENSE	PONTA GROSSA
COOPERSUI	COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DA LAPA	LAPA
COOPERTRADIÇÃO	COOPERATIVA AGROPECUÁRIA TRADIÇÃO LTDA.	PATO BRANCO
COOPERVAL	COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL VALE DO IVAÍ LTDA.	JANDAIA DO SUL

COOPLEITE	COOPERATIVA CENTRAL DE CAPTAÇÃO DE LEITE	LONDRINA
COOPRAMIL	COOPERATIVA REGIONAL AGRÍCOLA MISTA DE CAMBARÁ LTDA.	CAMBARÁ
COOVICAPAR	COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE OVINOS E CAPRINOS DO OESTE DO PARANÁ	TOLEDO
COPACOL	COPACOL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL CONSOLATA	CAFELÂNDIA
COPAGRA	COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DO NOROESTE PARANAENSE	NOVA LONDRINA
COPAGRIL	COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL COPAGRIL	MARECHAL CÂNDIDO RONDON
COPERFLORA	COPERFLORA COOPERATIVA FLORESTAL	UBIRATÃ
COPERGERA	COOPERATIVA FLORESTAL DOS CAMPOS GERAIS	IMBAÚ
COPLAR	COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE LEITE DO ALTO RIBEIRA	ADRIANÓPOLIS
COPROSSEL	COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE SEMENTES	LARANJEIRAS DO SUL
COROL	COROL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL	ROLÂNDIA
COTRIGUAÇU	COTRIGUAÇU COOPERATIVA CENTRAL	CASCAVEL
CRPL	COOPERATIVA REGIONAL DE PRODUTORES DE LEITE	GUARAPUAVA
FRIMESA	FRIMESA COOPERATIVA CENTRAL	MEDIANEIRA
INTEGRADA	INTEGRADA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL	LONDRINA
LAR	COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL LAR	MEDIANEIRA

NOVA PRODUTIVA	COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL NOVA PRODUTIVA	ASTORGA
PRIMATO	PRIMATO COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL	TOLEDO
SAGRA	COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DE CANA DE AÇÚCAR DE NOVA AURORA	NOVA AURORA
UNICASTRO	COOPERATIVA AGRÍCOLA UNIAO CASTRENSE LTDA.	CASTRO
UNITA	UNITA COOPERATIVA CENTRAL	UBIRATÃ
VALCOOP	COOPERATIVA AGROPECUÁRIA VALE DO TIBAGI LTDA.	LONDRINA
WITMARSUM	COOPERATIVA MISTA AGROPECUÁRIA WITMARSUM LTDA.	PALMEIRA

Fonte: Sistema Ocepar (2014). Disponível em: <http://www.paranacooperativo.coop.br/ppc/index.php/sistema-ocepar/2012-03-08-14-53-53/2011-12-09-10-57-09/consulta-por-ramo>.

Recebido em: 20/09/2015

Aceito em: 25/10/2015